

Documentos de arquivo audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais: ensino especializado

Ana Patricia Neves Rojas

Resumo: Partindo da experiência vivenciada pela pesquisadora, através da realização do bacharelado em Arquivologia no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, observou-se a tímida discussão no âmbito acadêmico, na esfera da graduação, sobre temáticas direcionadas aos documentos arquivísticos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais (para documentos arquivísticos entende-se como documentos produzidos ou recebidos no decorrer das atividades orgânicas de um produtor - pessoa ou instituição) independente do gênero documental ou natureza da linguagem. Essa inquietação provocou entre alguns questionamentos esta pesquisa, que tem como objetivo identificar o espectro do ensino, quantitativamente e qualitativamente, para tratamento técnico e formação de competências que contribuam com a crítica e atuação adequada sobre, especificamente, este assunto. Buscou-se analisar e estabelecer um comparativo sobre o ensino e enfoque desta temática nos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, a partir da recuperação das grades curriculares obrigatórias e optativas/eletivas dos cursos de ensino superior em atividade até o final do ano de 2022 – modalidade presencial e a distância, em instituições públicas e privada. Para fins de realização da pesquisa utilizaram-se os termos de busca “audiovisual”, “iconográfico”, “sonoro” e “musical” utilizados no nome ou título de disciplinas ofertadas. Foram analisadas 17 grades curriculares disponibilizadas em sites institucionais ou encaminhadas via correio eletrônico após contato e solicitação. Os resultados apontam para uma carência na oferta de disciplinas que abordem o assunto em todo o território nacional. Outro importante dado verificado foi a ausência de componente curricular que aborde exclusivamente documentos musicais e relativos à música. Conclui-se que, há demanda para o tratamento especializado de uma massa documental relativa aos temas explorados já existente e em contínua e significativa produção, enquanto a formação acadêmica de futuros profissionais negligencia a amplitude do escopo deste gênero documental e as singularidades deste tipo de documento de arquivo.

Introdução

A implantação do Arquivo Nacional data da primeira metade do século XIX, em 1838, então denominado Arquivo Público do Império, criação prevista na Constituição de 1824. Pode-se determinar este fato, segundo Tanus e Araújo (2013), como o início da trajetória das práticas e do saber arquivístico no Brasil. Em 1911, o Arquivo Nacional concebe o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que, já na década de 1970 se torna o primeiro curso de nível superior em Arquivologia, sendo transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atualmente Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Outros dois cursos de ensino superior em Arquivologia surgiram nos anos 70: Universidade Federal de Santa Maria (1976) e Universidade Federal Fluminense (1978). Assiste-se, então, uma mudança no ensino da arquivologia: discussões conceituais, projetos de pesquisa, tratamento técnico especializado. Atualmente há 17 cursos em atividade no Brasil.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é atribuída a competência de proteger e legislar “[...] os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...]” (Brasil, 1988, Arts. 23-24) à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A necessidade de tratamento específico e adequado aos documentos de arquivo fica evidente com demandas institucionais e legais de produtores e custodiadores de documentos. Para Vieira (2016, p. 49) a crescente produção e utilização de documentos em linguagem audiovisual, iconográfica e sonora ocorre com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, “impactando” as atividades arquivísticas. Preocupados com essa questão, representantes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) recomendam a criação de uma câmara técnica para cuidar com exclusividade de documentos de arquivo deste segmento - a Câmara Técnica de Documento Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS).

Este artigo é fruto de investigação a respeito da oferta de disciplinas especializadas no ensino sobre documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, com o objetivo identificar o espectro deste ensino, quantitativamente e qualitativamente, para tratamento técnico e formação de competências que contribuam com a crítica e atuação adequada sobre a temática em destaque. Esta pesquisa se deu através da análise das grades curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil em atividade até o final do ano de 2022.

Trata-se aqui de uma pesquisa de natureza aplicada e quanto aos objetivos exploratória; bibliográfica e documental, sob a ótica dos procedimentos técnicos. A revisão de literatura procura delimitar a discussão e contextualizar o período por

meio da breve narrativa histórica da Arquivologia no Brasil. A recuperação das grades curriculares dos 17 cursos superiores em Arquivologia por meio de consultas nas páginas eletrônicas das respectivas Universidades / Instituições, e/ou consulta via correio eletrônico, observando-se a presença/ausência de alguma componente curricular que abordasse especificamente os assuntos deste interesse, visa contemplar os procedimentos técnicos. Determinou-se os descritores “audiovisual”, “iconográfico”, “sonoro” e “musical” (considerando as variações quanto ao número), enquanto objetos de interesse da pesquisa para demarcar a investigação. A seguir, será apresentada uma breve descrição histórica sobre equipamentos de pesquisa, ensino e tratamento técnico e um conjunto de termos pertinentes a esse estudo.

Do “Archivo Público do Império” à sala de aula

A Constituição Política do Império do Brasil, Carta de Lei de 25 de março de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, prevê em seu Artigo 70 que os documentos oficiais sejam custodiados pelo Arquivo Público: “Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico [...]”¹ (Art.70, Brasil, 1824). Sobre estes documentos e sobre as instalações físicas do Arquivo, o Regulamento nº2, de 2 de janeiro de 1838, instrui a respeito do arranjo, da gestão e do endereço provisório. Junta-se ao Arquivo Público a bagagem trazida na transferência da corte portuguesa em 1808, no Rio de Janeiro, “documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte [...]”, lembrado por Tanus e Araújo (2013, p.84). Em 1889, por meio de decreto, o nome da instituição é alterado para Arquivo Público Nacional, sofrendo alterações até chegar ao que conhecemos hoje por Arquivo Nacional.

No período entre 1838 e 1958, o Arquivo passa por mudanças de endereço, gestão e arranjo. A partir do ano de 1911, dirige-se uma maior preocupação no fazer técnico e especialização de mão de obra. É criado neste ano o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que será incorporado posteriormente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como curso superior. Destaca-se, na gestão do diretor José Honório Rodrigues nos anos de 1960, as presenças de Henri Baullier de Branche (Arquivos de Sarthee, França) e Theodore Roosevelt Schellenberg (American University, Estados Unidos da América), que colaboraram em melhorias institucionais, aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários.

1 Grafia original preservada na transcrição da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824 (Brasil, 1824).

Sob a direção de Raul Lima, na década seguinte, a interlocução com instituições e profissionais estrangeiros fica mais evidente, principalmente com a contribuição de Michel Duchein.

A década de 1970 é caracterizada pela consolidação da área. Em 1971, é criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (extinta em 2015), que contribuiu para o desenvolvimento profissional e da arquivologia no Brasil. Em 1974, com apoio da Associação, é fixado pelo Conselho Federal da Educação o primeiro currículo mínimo da Arquivologia. Em 1978, é regulamentada a profissão de Arquivista (Decreto nº 6.546, de 4 de julho de 1978). Nesse período, são criados os cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (1976) e na Universidade Federal Fluminense (1978).

Na década seguinte, novos cursos de graduação em Arquivologia não foram criados. No entanto, surgiram cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e alguns periódicos da área. Ocorreu, nesse período, o Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, importante evento para discussão do campo. A Constituição Cidadã, como é chamada a Constituição Federal de 1988, fortalece o compromisso do Estado com os Arquivos e o patrimônio histórico e cultural da nação. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, chamada “Lei de Arquivos”, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e define o termo “arquivos”.

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) de 1994, oriundo do artigo 26 da Lei de Arquivos, foi criado para definir a política nacional de arquivos, estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), implantar sistemas de arquivo público, orientar programas de gestão e preservação de documentos, constituir câmaras técnicas e comissões especiais para aprofundar estudos e normas necessárias ao emprego da política nacional de arquivos e constituir câmaras setoriais que identificam, discutem e propõem soluções para questões temáticas que tangem a área. A partir destes eventos, cinco novos cursos de graduação são criados, de 1990 até 1999, todos, até então, em

instituições públicas federais ou estaduais: Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 2003 e 2011, são criados oito cursos, igualmente em universidades públicas, sendo, como descrevem Oliveira e Sousa (2015, p.61) seis desses “criados após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Governo Federal” em 2007. Em 2019, é criado um curso com modalidade à distância (EaD) em uma instituição privada. A criação de cursos acompanha demandas institucionais e o cumprimento de deveres legais que surgem ou são aprimorados.

Documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e as câmaras técnicas

Em 27 de maio de 2010, através da Portaria nº90, conforme aprovação do Plenário do Conselho Nacional de Arquivos realizada em 15 de dezembro de 2009, o presidente do CONARQ, no uso de suas atribuições, resolve criar a Câmara Técnica de Documento Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS). Alguns anos depois, incorporou o termo “Musicais” ao seu nome, assumindo a sigla CTDAISM, para dar conta de documentos musicais e musicográficos.

A CTDAISM surgiu a partir de uma demanda para tratamento técnico especializado dirigido aos documentos de arquivo audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais. Esses documentos possuem características peculiares que necessitam de procedimentos específicos em sua abordagem, a inexistência de terminologia e normalização própria dificultava a pesquisa, organização, guarda, preservação, destinação e acesso. A CTDAISM visava também “orientar as instituições na elaboração de projetos que pudessem resultar em financiamentos para a organização, preservação e acesso de seus acervos, e para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para esse fim” (Brasil, 2010).

A ideia de documento de arquivo como sendo, exclusivamente, documento registrado em papel e vinculado às práticas administrativas vem prescrever quando ampliada a interpretação da terminologia “arquivo” conforme a Lei de Arquivos e consoante à explanação sobre documento de arquivo por Bellotto.

A forma/função pela qual o documento é criado é o que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu (Bellotto, 2006, p.36).

Diante da ausência de terminologia própria, o debate em torno da necessidade de normalizar um glossário para a área antecede os trabalhos da Câmara Técnica. Para Siqueira (2016, p. 22), a terminologia “arquivo especial” já entrou em desuso, embora ainda conste em livros e dicionários utilizados por algumas instituições, e comumente referenciado, tal como Paes (2004, p.147) descreve “são aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes e que, por esta razão merecem tratamento especial” referindo-se para logo após sua produção até sua preservação. Em 2014, a CTDAISM publicou o primeiro glossário de termos essenciais e padronizados referente aos documentos arquivísticos de natureza audiovisual, iconográfica, sonora e musical. Em 2018, após discussões, reuniões e apresentações públicas, a câmara técnica realizou ampla pesquisa em bibliografia e legislação específica e elaborou uma terceira versão do glossário. A partir daí podemos compreender os termos “Documento audiovisual”, “Documento iconográfico”, “Documento musical”, “Documento musicográfico” e “Documento sonoro” e balizar o objetivo deste artigo.

Documento audiovisual - Gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros.

Documento iconográfico - Gênero documental integrado por documentos constituídos de imagens fixas.

Documento musical- Documento que se caracteriza por conter informação musical, isto é, aquela que emana tanto da dimensão fenomenológica da música (fixada em registros sonoros e audiovisuais) quanto da sua dimensão linguística e semiológica (materializada nos registros em notação musical ou musicográficos). Instantâneas da dimensão fenomenológica e reprodução (total ou parcial) da dimensão linguística e semiológica podem se materializar em registros iconográficos.

Documento musicográfico - Gênero documental integrado por documentos que contém informação codificada através de notação musical (ou equivalente). Exemplos de documentos musicográficos são as partituras, partes (vocais e/ou instrumentais), coletâneas, livros de coro, rolos, lições, e cartinas.

Documento sonoro - Gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros (CONARQ, 2016, p.13).

Mesmo com relevantes contribuições para o avanço no campo da arquivologia, profícuas discussões fomentadas e diferentes produções técnicas desenvolvidas, a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos,

Sonoros e Musicais foi extinta por meio do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, que estabelece novas diretrizes para a instituição de câmaras técnicas no âmbito do CONARQ.

Análise e discussão dos resultados

Atualmente, segundo registro no Ministério da Educação e Cultura (MEC)², existem 17 cursos de graduação em Arquivologia cadastrados em atividade. Apenas 1 curso registrado está categorizado na esfera administrativa privada com fins lucrativos, os demais estão em âmbito da administração pública federal ou estadual, assim organizados a partir da data do ato de criação:

Quadro 1 – Cursos de graduação em arquivologia

Ano do ato de criação	Instituição de ensino superior - IES	Categoria administrativa	Modalidade
1911	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Pública Federal	Presencial
1976	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Pública Federal	Presencial
1978	Universidade Federal Fluminense - UFF	Pública Federal	Presencial
1990	Universidade de Brasília - UNB	Pública Federal	Presencial
1997	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Pública Federal	Presencial
1997	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Pública Estadual	Presencial
1999	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Pública Federal	Presencial
1999	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Pública Federal	Presencial
2003	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Pública Estadual	Presencial
2006	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	Pública Estadual	Presencial

2 Base de dados do Ministério da Educação e Cultura, Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 8 de agosto de 2023.

2008	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Pública Federal	Presencial
2008	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Pública Federal	Presencial
2008	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Pública Federal	Presencial
2008	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Pública Federal	Presencial
2009	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Pública Federal	Presencial
2011	Universidade Federal do Pará - UFPA	Pública Federal	Presencial
2019	Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNIASSSELVI	Privada com fins lucrativos	Ensino a distância

Fonte: adaptado de Cadastro e-MEC, consulta avançada (Brasil, 2023)

Para análise das grades curriculares obrigatórias e optativas/eletivas procurou-se, dentro de seus títulos (nomes das componentes curriculares), a presença de algum dos descritores predeterminados, “audiovisual”, “iconográfico”, “sonoro” e “musical”, respeitando variações singular/plural. Foi possível classificar quantitativamente esses cursos com relação a presença e ausência de disciplina que abordasse algum destes temas.

Quadro 2 – Componentes curriculares dedicadas

	Componente curricular	IES	Tipo
1	Documentação audiovisual e digital	UNIRIO	Optativa
2	Documentos arquivísticos audiovisuais	UFSM	Optativa
3	Acervos audiovisuais	UNB	Optativa
4	Organização e preservação de acervos sonoros e audiovisuais	UFBA	Optativa
5	Documentação audiovisual	UEL	Obrigatória
6	Documentação audiovisual e iconográfica	UNESP	Obrigatória
7	Documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros em arquivos	UFAM	Obrigatória

Fonte: elaborado pela autora (2023, grifo nosso)

Para fins de identificar o espectro do ensino, quantitativamente e qualitativamente, para tratamento técnico e formação de competências, buscou-se considerar, amparado em Paes (2004) e referindo-se aos arquivos fotográficos, fitas magnéticas, filmes, discos, recortes de jornais e catálogos impressos, disciplinas que fitam “arquivos especiais” e suas respectivas ementas.

Quadro 3 – Componentes curriculares para arquivos especiais

	Componente curricular	IES	Ementa
1	Arquivos especiais e especializados	UEPB	Conceito de arquivos especiais e especializados; estudo das diferenciações tipológicas; metodologias na organização, descrição e guarda em suportes não convencionais.
2	Descrição e organização de documentos especiais	UFMG	Documentos especiais: audiovisuais, iconográficos (opacos e transparentes), cartográficos, tridimensionais e outros. Documentos tradicionais e digitais. Metodologias específicas para representação, preservação, conservação e projetos de migração para novas mídias.
3	Arquivos Especiais	FURG	Produção de documentos especiais. Tipos de suporte. Tipos de arquivamento, acondicionamento e manuseio. Preservação e conservação de suportes especiais. Durabilidade de suportes.

Fonte: elaborado pela autora, 2023

A partir da análise dos resultados obtidos, pode-se inferir que o número de componentes curriculares que atendem aos descritores utilizados na pesquisa não acompanha o total de cursos, somando 41% do total de instituições contempladas. Se considerar a adição das componentes que tratam de Arquivos Especiais, aproxima-se de 59% dos cursos. Observa-se que as ofertas são menores nas regiões Nordeste e Norte.

A pesquisa não contabilizou disciplina dedicada aos arquivos musicais, na dimensão fenomenológica da música e/ou quanto da sua dimensão linguística e semiológica.

A pesquisa corrobora com a concepção trazida por Siqueira (2016), a qual destaca que, mesmo com o aumento de estudos que colaboram para a consolidação das práticas arquivísticas e normalização de ações de tratamento, ainda existem lacunas correspondentes aos anseios da área.

A única instituição privada em território nacional com curso de Arquivologia, a UNIASSELVI, não possui oferta de disciplina que atenda a busca respeitando os descritores utilizados ou que aborde Arquivos Especiais. O Centro Universitário Leonardo Da Vinci, mantenedora de polos educacionais com ensino à distância, possui sua matriz no estado de Santa Catarina, o que caracteriza a região Sul como sendo a região que possui o maior número de cursos de graduação em Arquivologia.

Tabela 1 – Distribuição geográfica dos cursos

Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul
UNB	UFAM	UEPB	UNESP	UEL
	UFPA	UFPB	UFF	FURG
		UFBA	UNIRIO	UFRGS
			UFES	UFSM
			UFMG	UFSC
				UNIASSELVI

Fonte: elaborada pela autora, 2023

Considerações finais

Esta pesquisa evidencia que a Arquivologia é um campo consolidado e em contínuo crescimento. As tecnologias emergentes, as demandas legais e institucionais traçam as mudanças necessárias para as novas formações dos profissionais na área. Alargar a discussão acerca desse assunto pode ter um impacto positivo na capacitação de especialistas e na preservação tanto do patrimônio público quanto do privado.

A complexidade de formatos dos documentos de arquivo audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais enuncia a indispensabilidade de uma câmara técnica ou de alguma apreciação por parte dos órgãos imbuídos de responsabilidades sobre o patrimônio documental e a gestão dos arquivos públicos ou privados deste teor. A CTDALISM contribuiu competentemente à produção de materiais técnicos.

A escassez na disponibilidade de componentes curriculares e de debates que se aproximem da temática musical reverbera na lacuna existente no mercado profissional. Por exemplo, os arquivos musicais de bandas e orquestras que não recebem tratamento adequado fragilizando, assim, sua conservação e recuperação. No que tange a documentos musicais, visto que seu tratamento poderá envolver

notação musical, é importante acentuar a necessidade de relações interdisciplinares entre a Arquivologia e outras áreas que contemplem este conhecimento.

Após análise dos resultados obtidos por meio deste estudo, fica notório que os cursos de Arquivologia no Brasil ainda não se adequaram para atender a uma demanda que urge com relação à qualificação do Arquivista com conhecimento no tratamento de documentos de arquivo audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais. O estabelecimento de uma terminologia normalizada servirá para nortear o trato arquivístico teórico e prático.

Durante a realização deste estudo, percebeu-se a reduzida produção literária sobre o tema, além do tímido campo em produções acadêmicas, artigos, eventos, monografias, teses. A insuficiência do debate em torno da existência deste tipo documental no meio acadêmico poderá prejudicar a formação profissional em arquivos.

Conclui-se que há demanda para o tratamento especializado de uma massa documental relativa aos temas explorados já existente e em contínua e significativa produção, enquanto a formação acadêmica de futuros profissionais negligencia a amplitude do escopo deste gênero documental e as singularidades deste tipo de documento de arquivo.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza aplicada, acredita-se que poderá contribuir para a formação de novos currículos de graduação e cursos técnicos, além da ampliação de debates.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm . Acesso em: 8 de agosto de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 19 agosto de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm . Acesso em 8 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior** - Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> . Acesso em 3 de maio de 2023.

BRASIL. PORTARIA Nº90, DE 27 DE MAIO DE 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 de maio de 2010. Disponível em https://www.gov.br/conarq/pt-br/aceso-a-informacao/portarias-conarq-1/Portaria_n_90_de_27_de_maiode_2010_05_31.pdf . Acesso em 19 de agosto de 2023.

CONARQ. **Glossário**. Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – CTDAISM. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/composicao/copy_of_camaras-tecnicas-setoriais-inativas/Glossario-ctdaism_v3_2018.pdf . Acesso em 19 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, Flávia Helena; SOUSA, Renato Tarciso de. Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras. **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Reflexões sobre o fazer e o pensar arquivístico relativos aos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. v.18, n.37, mai./ago., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/issue/view/2019> . Acesso em 3 de maio de 2023.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. Os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros: uma análise dos atores e suas produções acadêmicas. **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016.